



ELO



PORTE
PAGO

ANO V
JUNHO
1979
N.º 73
MENSAL
PREÇO 10\$00

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Propriedade, Administração e Redacção
Associação dos Deficientes das Forças Armadas
Palácio da Independência — L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex

Director
JOÃO MATIAS DE VASCONCELOS

Composto e impresso nas oficinas
Empresa Pública dos Jornais Século e Popular (EPSP)
Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

ELEIÇÕES — órgãos sociais centrais

Lista A apresentada pelos órgãos sociais da ADFA para o biênio de 1979/1981

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

Presidente — Joaquim Flausino RAIMUNDO — Sócio n.º 27
1.º Secretário — José Machado DINIS — Sócio n.º 311
2.º Secretário — José da Silva MONTEIRO — Sócio n.º 1948

DIRECÇÃO CENTRAL

Presidente — José Manuel Garrido Pardal MAURÍCIO — Sócio n.º 308
Vice-Presidente — Hugo António Constantino GUERRA — Sócio n.º 1371
1.º Secretário — MARCELINO José da Silva Dias — Sócio n.º 200
2.º Secretário — Francisco José dos Santos BRÁS — Sócio n.º 2638
Tesoureiro — LUDGERO dos Santos Sequeira — Sócio n.º 76

CONSELHO FISCAL

Presidente — José Francisco MILHO FERRO — Sócio n.º 4908
Secretário — António Augusto de ALMEIDA SANTOS — Sócio n.º 5157
Relator — José Albino Assunção GABRIEL — Sócio n.º 437
1.º Vogal — Victor Luís GARCEZ — Sócio n.º 249
2.º Vogal — ALBERTINO FLORES Santana — Sócio n.º 566

RESULTADOS FINAIS TOTAIS

— VOTOS A FAVOR	560
— VOTOS NULOS	67
— TOTAL DE VOTANTES	627

A REACÇÃO NÃO GOSTA DOS DEFICIENTES

Como é do conhecimento dos órgãos sociais da A. D. F. A. a actual direcção da delegação de Coimbra da nossa Associação, desde que tomou conta dos destinos da mesma, das suas primeiras preocupações, foi tentar arranjar novas instalações, já que as actuais não oferecem as condições mínimas de trabalho que permitam aos trabalhadores da mesma servir com a máxima eficácia os associados.

Assim, desenvolveram-se esforços no sentido de, com a máxima brevidade possível, arranjar novas instalações para a delegação da A. D. F. A. nesta cidade. Depois de muito trabalho e de muitas reuniões, o Secretariado Nacional aprovou por unanimidade a compra de um andar para aí funcionar a delegação da A. D. F. A.

Os sócios da delegação de Coimbra foram informados da decisão do Secretariado Nacional, facto que provocou natural contentamento, dada a importância que tem para a A. D. F. A. a valorização do seu património.

Feitos os necessários contactos com várias empresas da construção civil, ficou decidido comprar um andar, situado no edifício parque, local que oferecia as condições mínimas exigidas para o bom funcionamento da Delegação. Tudo estava preparado. Os responsáveis da delegação e os gerentes da empresa construtora chegaram a um acordo para a compra do andar, tendo sido apresentado àqueles um projecto para uma possível modificação da cozinha, para que na mesma funcionasse o futuro bar da delegação. Até aqui, tudo normal. O trabalho desenvolvido pela delegação de Coimbra ao longo de quase três anos, justificava a compra de um andar. Era opinião generalizada, de que as actuais instalações não ofereciam condições mínimas de trabalho, sendo os associados os grandes prejudicados.

Foi feito um contrato verbal com a empresa construtora, estando os responsáveis da Delegação de Coimbra crentes da aquisição do andar. Porém, qual não é a surpresa quando a direcção da Delegação da A. D. F. A. de Coimbra é informada de que a venda do andar não se pode fazer, por haver compradores de andares do mesmo prédio inviabilizando a mesma. Razões? Alegaram, através da sua decisão estarem a defender possíveis traumatismos de seus filhos, sujeitos a ficarem traumatizados com a horrorosa visão diária de amputados, cegos, etc., etc.

Portugal. Ano 1979 D. C. A A.D.F.A. é impedida de possuir um local de trabalho, por causa de alguns proprietários não quererem ver seus filhos traumatizados. !!!... Talvez estes senhores nada dissessem se o andar se destinasse a uma casa de caridade. Na opinião daqueles zelosos pais, os deficientes deverão manter-se fechados. Não poderão frequentar locais públicos. Não deverão exhibir as suas deficiências nas praias. Há que escondê-los. Era este o pensamento dos governantes do antigo regime.

Esta é mais uma lição para os milhares de associados da nossa Associação. Uma lição e um aviso. Talvez aqueles senhores, aconselhem os filhinhos a dar uma esmola aos inúmeros deficientes que por todas as ruas das principais cidades do país estendem a mão à caridade. A A. D. F. A. já provou que é uma força viva. Ao longo dos seus 5 anos de existência os deficientes das Forças Armadas têm sabido transpor os obstáculos criados pela sociedade, a mesma que originou a existência de milhares de deficientes. Caberá a todos nós deficientes, responder a mais esta provocação de meia dúzia de indivíduos que, valendo-se dos seus pró-

CONGRESSO DE TODOS OS DEFICIENTES

LER ÚLTIMA PÁGINA



PÁGINAS CENTRAIS
ELEIÇÕES — ÓRGÃOS REGIONAIS E LOCAIS

ELEMENTOS SOBRE A LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL NO ÂMBITO DA REABILITAÇÃO

Temos ser de todo o interesse dos associados, o conhecimento de um texto extraído do 1.º Congresso Nacional de Saúde, que passamos de imediato a transcrever.

Vamos traçar uma breve resenha das diversas disposições vigentes noutros países cujos programas de Reabilitação se iniciaram em face das suas necessidades em determinado momento e hoje se encontram preferentemente estabelecidos e em franco desenvolvimento.

Antes da Segunda Guerra Mundial só existiam indicações isoladas dentro das leis gerais de certos países, as quais apenas faziam referência a aspectos especiais da Reabilitação. Mais tarde, como consequência do desenvolvimento dos métodos reabilitadores, a legislação neste campo começou então a tomar um carácter muito mais amplo. Assim, se recordarmos o seu dealbar histórico, torna-se fácil entender que as primeiras disposições oficiais tivessem sido dirigidas para os mutilados de guerra, trabalhadores acidentados, cegos, surdos e crianças deficientes (sobretudo vítimas de poliomielite).

Estas pessoas exerciam um forte impacto sobre o resto

da população e a melhoria da sua situação foi considerada, nesses tempos, como um sinal de progresso social. Os restantes deficientes, tais como os encefalopatas, só começaram a receber a atenção legal cerca de 1950.

No primeiro período seguinte às grandes conflagrações mundiais, os aspectos mais prementes que careciam de leis adequadas, eram pois:

- A concessão de próteses;
- O ensino vocacional;
- O emprego para os inválidos de guerra.

Actualmente essa óptica evoluiu e tende-se a incluir Reabilitação todos os grupos de deficientes, sem especificar a sua causa ou origem, assim como ditar condições de ordem social e económica tendentes a resolver as suas necessidades prioritárias. Outro facto importante é que em alguns países, estas medidas obrigam a reservar algumas ocupações ou postos de trabalho exclusivamente para deficientes; todavia, na maioria dos países está estabelecido o sistema de quotas, pelo que os patrões são obrigados a reservar um determinado número de lugares, em percentagem que é variável de uns países para outros, sobre o número total de trabalhado-

res que empregam. Por sua vez, no campo da Reabilitação Vocacional nota-se uma crescente importância na preparação para trabalhos especializados, tendo-se em vista uma colocação selectiva em postos de trabalho especializado e qualificado.

Assim, facilmente nos damos conta de como gradualmente os Governos se vêm apercebendo da importância da Reabilitação no desenvolvimento das Nações e assumem a responsabilidade da estruturação dos programas

que antes eram desenvolvidos por organizações particulares e voluntárias. E, ainda que haja pontos fundamentais em todos os programas, existem pequenas variações, baseadas sobretudo em que nuns países se dedica mais atenção a umas etapas do que a outras, conforme as carências e as possibilidades de cada um; normalmente todos eles cobrem o tratamento médico, a educação, os serviços de orientação, os serviços de orientação e a assistência social.

A ADFA REALIZA CURSO DE REABILITAÇÃO PROTÉSICA

A existência de um elevado número de amputados entre os Deficientes das Forças Armadas, levou a A. D. F. A. a encarar desde logo a adopção de medidas que, de algum modo, pudessem suprir as carências dos mesmos.

Assim surgiu em 1976, a criação de uma Oficina Ortopédica na Delegação

do Porto, com o fim de simplificar o sistema burocrático existente e criar mecanismos de cooperação médico-técnico-ortopédica, por forma a obter-se uma maior rapidez e qualidade das próteses, evitando-se discrepâncias entre o prescrito e o realizado.

Verificava-se até então, a nível nacional, a existência de um sistema de comercialização de próteses, que, salvo raras excepções, pouco ou nada tinha a ver, com uma verdadeira Reabilitação Protésica.

Quis a A. D. F. A., de alguma forma contribuir para a modificação daquele estado de coisas, equipando a sua oficina com os meios técnicos adequados e dotando o seu pessoal com conhecimentos capazes de assegurar a aplicação de técnicos permanentemente actualizados, tendo sempre como princípio fundamental, a articulação médico-técnico-ortopédica.

Neste contexto, realiza a A. D. F. A., de 23 de Julho a 10 de Agosto, um curso de post-graduação para médicos, cirurgiões e terapeutas e de formação para técnicos de próteses, que incidirá sobre amputações do membro inferior incluindo a desarticulação da anca e do joelho, hemipelvectomias, anomalias congénitas e amputações bilaterais.

Este curso, conta com a colaboração do Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão e o apoio da Direcção-Geral dos Hospitais e será ministrado por uma equipa técnica da Escola de Próteses e Ortopédicas da Universidade de Nova York.

O curso dividir-se-á em duas fases, decorrendo a 1.ª no Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão e a 2.ª nas instalações da Oficina Ortopédica da Delegação do Porto da A. D. F. A.

Espera-se que esta iniciativa contribua para o aperfeiçoamento dos técnicos ortopédicos, que garantam aos amputados uma correcta e eficaz utilização das suas próteses.

HISTÓRIAS DA TI'ANICA

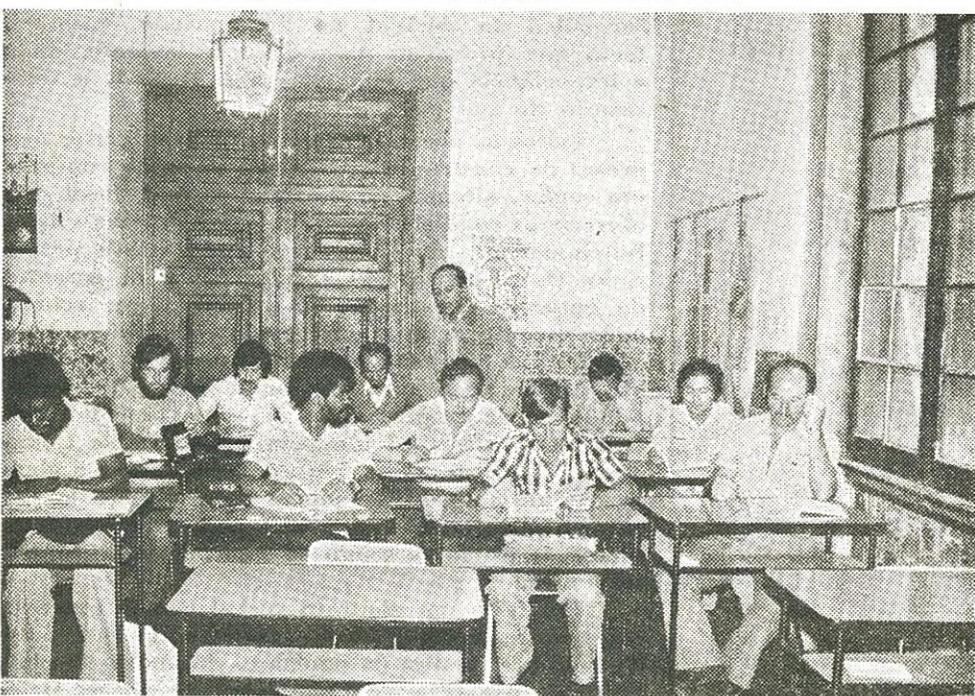
Um dia destes fui a Faro ver o marido da minha sobrinha Teresa que está no hospital por causa de um desastre de motorizada que ele teve. O pobre esteve muito mal e quase que o quiseram mandar para Lisboa. Mas agora já está melhor graças a Deus. Mas como eu ia dizendo fui a Faro e aproveitei para ir fazer uma visita à Delegação da Associação. Eu sabia que era na Rua de S. Pedro mas não sabia o número da porta. Andei à procura e encontrei sem ter de perguntar a ninguém. É que há um letreiro grande por cima da porta e que se vê muito bem. Mesmo assim também já não me esqueço que o número da porta é o 30.

Estavam lá uns rapazes muito simpáticos. Foi só eu dizer que era a Ti'Anica e eles disseram-me que gostavam das histórias que mandava para o jornal e quiseram logo mostrar-me a casa toda e estiveram a explicar-me onde estão a fazer a biblioteca e o bar e a sala de jogos. A mim parece-me é que é preciso a ajuda de todos para levarem isto para a frente. E também me mostraram a medalha que a Associação mandou fazer e que eu já tinha visto a fotografia no jornal. E achei a medalha tão bonita, mais bonita do que parece na fotografia. Mesmo estando a vida tão cara e para ajudar vossemecês comprei uma que tenho agora em cima da mesa da casa de jantar. E todas as pessoas que a têm visto a acham muito bonita. E até já algumas vizinhas me pediram para eu ver se arranjava medalhas iguais para elas. Mas tomando o fio à meada sempre quero dizer a vossemecês que estivemos a falar de muitas coisas sobre a Associação e os rapazes estiveram-me a contar que não sei quem é que quer que vossemecês saiam daí do Palácio da Independência. Não sei o que eles querem pôr aí mas eu acho que é difícil alguém precisar tanto dessa localização como vossemecês precisam.

É que aí vossemecês que têm dificuldade em andar sempre ficavam com transporte à porta para todos os pontos de Lisboa e perto das estações do Rossio e do Cais do Sodré e do Terreiro do Paço e de Santa Apolónia. E eu acho que isso é muito importante para os deficientes de todo o País que precisam e querem ir à Associação. E para onde será que eles querem que vossemecês fossem. Se calhar para algum sítio onde os deficientes não fossem com facilidade, para a Associação ir perdendo força ou para onde vossemecês ficassem escondidos para as pessoas se irem esquecendo de que vossemecês existem. É que isso de vossemecês estarem aí ao pé do Rossio onde passa muita gente e terem aí um letreiro muito grande a dizer Associação dos Deficientes das Forças Armadas se calhar incomoda muita gente. Se eu fosse a vossemecês não ia assim atrás de cantigas sem mais aquelas.

Um abraço para vossemecês todos e adeus até à próxima.

ANICA



Um aspecto das aulas na escola da ADFA

EXAMES NA ESCOLA DA ADFA

Mais uma vez estão a decorrer nas instalações da ADFA, os exames do Curso Geral dos Liceus (supletivo), para os sócios que frequentaram as aulas da nossa escola.

É já a quinta vez que a Associação dos Deficientes das Forças Armadas apoia a realização destes cursos, que são abertos a todos os sócios, não só porque de ano para ano a afluência de alunos às aulas é maior, como também os resultados obtidos no final de cada ano, nos exames, são bastante positivos e também ainda porque se pretende lutar pela integração social dos associados, a educação e o diploma final, não há dúvidas, de que são duas das melhores armas para combater no mercado de trabalho.

Durante este quinto ano em que funcionou a escola da ADFA os professores foram destacados de diferentes escolas situadas perto do Palácio da Independência, pela Direcção Geral do Ensino Secundário, que continuou a envidar todos os esforços e dando o seu melhor apoio para que as aulas, da nossa escola, decorressem com continuidade e dentro do ambiente favorável.

O mesmo se pode dizer de todos os professores, tanto os que leccionaram as disciplinas da Secção de Letras como da Secção de Ciências, que corroboraram com a D. G. E. S. e com a ADFA, esforçando-se para que os alunos obtivessem os melhores resultados.

Naturalmente teremos

também de referir todos os sócios/alunos que ao longo do ano, apesar do trabalho quotidiano não perderam o ânimo e mantiveram uma assiduidade louvável.

Pensamos que para o próximo ano lectivo, nos vai ser possível manter em funcionamento a Escola da ADFA, não só com o Curso dos Liceus, mas também com a Secção do Ciclo Preparatório e Educação Básica para adultos, tal como até aqui. Deste modo, contamos, mais uma vez, com a afluência dos sócios às aulas, esperando seja maior que nos anos anteriores, dado o reestruturamento que os serviços da ADFA têm sofrido, para corresponder às necessidades dos seus sócios.

DA MAGN AOS SÓCIOS

Realizou-se no passado dia 23 de Junho de 1979, a Assembleia Geral Nacional Eleitoral e as Assembleias Eleitorais de Zona e Delegação que funcionaram de Norte a Sul e ilhas (exceptuando-se as delegações de Bragança, de Famalicão e de Faro cujas eleições locais se realizam noutra data).

Tiveram, pois, os sócios mais uma oportunidade para investirem da natural legalidade os Órgãos Sociais que, para o biênio de 1979/81 irão conduzir os destinos da nossa Associação.

Todo o acto decorreu dentro do melhor ambiente de cordialidade, compreensão e concisão. **A afluência às urnas foi a maior até hoje**, como se irá poder verificar através dos números, não obstante o facto de haver uma só lista candidata aos Órgãos Sociais Centrais proposta pelos O.S. cessantes. Em quase todo o País os sócios souberam dar a resposta adequada aos contrários do realismo e da honestidade. Tentaram alguns clássicos argumentadores fazer crer aos sócios que são os únicos defensores da ADFA, da Democracia e os seus únicos amigos. A verdade é que a nossa Associação não pode ficar sujeita a meros caprichos, vaidades ou ainda a interesses não divulgados. Supõe-se pois, que pelo número apresentado, os Órgãos Sociais Centrais sejam empossados brevemente e só tem a MAGN cessante a desejar-lhes espírito de colaboração nas tarefas a desenvolver e o maior apoio que os sócios lhes possam dispensar para que consigam levar a bom termo as tarefas que hoje lhe são confiadas pelas sócios que tudo merecem. Apela, pois, a MAGN, já no final do seu mandato, a todos os sócios que porventura possam dar algum do seu tempo disponível à nossa Associação, que não se esqueçam de que a Associação sem os sócios não teria razão de existir e de que os sócios sem a Associação não seriam o que muitos são hoje e o que outros mais poderão vir a ser.

NA DEFESA DOS NOSSOS INTERESSES A FORÇA DA NOSSA UNIÃO!

PÁGINA CULTURAL

A POESIA É A ARTE-VIVA. A SUA ASSIMILAÇÃO, ALÉM DE INSTRUTIVO, PROVOCA-NOS REACÇÕES FACILMENTE COMPREENSÍVEIS QUANDO LIDA OU ESCUTADA ATENTAMENTE, COM O ESPIRITO ABERTO A CRÍTICA, A OBJECTIVIDADE E PROFUNDIDADE QUE A POESIA ADQUIRE, VARIA COM O POETA. A POESIA, COMO QUALQUER OUTRA FORMA DE ARTE, TEM DUAS OPÇÕES: — OU ESTA A FAVOR DO POVO, DO POVO TRABALHADOR E EXPLORADO; OU ESTA CONTRA ESTE A FAVOR DOS EXPLORADORES. PODEMOS AINDA CONSIDERAR A POESIA QUE NÃO DEFENDE NEM ATACA NENHUMA CLASSE, ISTO É, A POESIA ROMÂNTICA OU NÃO INTERVENCIONISTA.

HOJE A LITERATURA DEIXOU DE PODER SER INOCENTE. ELA TEM QUE SER OBJECTIVA E POR-SE AO SERVIÇO DA EMANCIPAÇÃO POPULAR. PARA MELHOR COMPREENSÃO DA ARTE POÉTICA E A SUA FUNÇÃO, CITAMOS MAIAKOVSKI QUE NOS AFIRMA:

PRIMEIRO / É PRECISO / TRANSFORMAR A VIDA / PARA CANTA-LA / EM SEGUIDA.

É ESTA «TRANSFORMAÇÃO DA VIDA», DA MANEIRA DE PENSAR E AGIR QUE NOS PRETENDEMOS LEVAR A TODOS COM A DIVULGAÇÃO DE POETAS, CONSAGRADOS OU NÃO, ATRAVÉS DESTA RUBRICA DO NOSSO «ELO».

CABE-NOS DIZER QUE É NOSSA INTENÇÃO, DIVULGARMOS SEMPRE, PELO MENOS, UM POETA NACIONAL NESTA RUBRICA.

ACORDA ABRIL

Antes eras o país do frio.
Do gelo contido na maioria,
Da luta de milhares que viram seus corpos
espancados.

Onde se fazia pesquisa com homens
fardados.

Onde se fardavam homens para exportação
sangrenta.

Onde se roubava aos outros aquilo que não era
seu.

Havia fiscais de civil trajados.
Bestas de homens disfarçados.
Assassinios premeditados.

...E o peito dos energúmenos se
compunha de medalhas depois
da tarefa ter sido cumprida.

A janela do poder por poder
punha colchas de testa enquanto
a dor,
a fome
e a violação

se debatiam na procura de melhores dias.

Mas Abril nasceu!

Numa noite de suor ilimitado
acordando à pressa o grito da Liberdade!

Abril meu. Abril de quase todos!

...E os outros que não são
te malham no ventre,
ferozes por traição.

Mas não deixarás de ser Abril!

Nós que te vivemos ao longo dos dias;
Nós que refizemos sedentos de criação
não repousaremos, agora, passivos ordeiros
na destruição.

Lutaremos a teu lado,
lado a lado,
conscientes revoltados
contra a intenção.

E de novo serás Abril
o País da Liberdade!
O País sem medo
de ser País!

Onde as crianças lançam
as sementes do futuro
sem as armas do egoísmo.

Onde o homem as acompanha
na alegria do diferente.

Onde a mulher se transforma
na beleza sorridente.

E o Povo corre,
corre,
corre,
inteligente.

Feliz, saloio, riqueza, sonho.
amor, tristeza, vindima, choro.
E o Sol dobrado nas costas batendo
a sachola pesada de um dia de trabalho.

E outro dia nasce.
Outro dia cresce.

E o Pão recrudescer!

E tu na cidade és consequente.
És militante um nada distante
do sopro-desenvolvimento.

És parte integrante
da transformação.

És saloio vestido de roupão!

ACORDA ABRIL!

Veste o traje da Revolução!

ANGELO TEIXEIRA
Abril/79

5 ANOS

Cinco anos de passado,
que bela recordação,
ver o meu povo abraçado,
todos de cravo na mão!

Ainda tenho na lembrança
com uma imensa saudade
os grandes votos de esperança
pelo rumo à Liberdade.

Na alma do nosso povo
não se apague esta lembrança
do raiar de dia novo
numa alvorada de esperança.

Eu vi abrir-se a prisão,
que grande felicidade!
Dentro do meu coração
dei largas à Liberdade.

Primavera renovada
neste País odorado.
Seja sempre recordada
por todo o meu povo amado.

ISOLINA ALVES

HAVIA AINDA OS PEDITÓRIOS

(A caridade não é uma virtude!
Ela é uma resultante das sociedades onde
existe a exploração do homem pelo
homem e onde cada um não consome
segundo as suas necessidades.
Não se pode aniquilar uma resultante
sem transformar as origens!)

...E não me posso esquecer:
Que pais de jovens soldados
depois dos filhos roubados
em infantes peditórios
voltavam a ser ultrajados!

CALVINHO

APELO

Que tudo quanto vimos
Que tudo quanto vivemos
Que tudo quanto agredimos
Que tudo quanto sofremos

Se grite bem alto
aos quatro ventos
para que o Povo acorde
e todos nos libertemos!

CALVINHO

ELEIÇÕES - Zona Norte

Mesa da Assembleia Geral da Zona Norte

PRESIDENTE — Abel Artur dos Santos Fortuna, sócio n.º 586. Residência: Rua Pereira de Azevedo, 1076 — Perosinho — V. N. Gaia. Idade: 30 anos.

1.º SECRETÁRIO — Jorge Eduardo da Nave Pina, sócio n.º 5134. Residência: Rua 25, n.º 679-1.º — Espinho. Idade: 30 anos.

2.º SECRETÁRIO — Fernando Ferreira de Oliveira, sócio n.º 1642. Residência: Bairro Eng. Arantes e Oliveira, Bl. 22-c/42-Ent. 72 — Porto. Idade: 40 anos.

Direcção da Zona Norte

PRESIDENTE — Joaquim Mano Póvoas, sócio n.º 252. Residência: Rua da Igreja — Carvalhos — V. N. Gaia. Idade: 32 anos.

VICE-PRESIDENTE — Joaquim Francisco Couceiro Ferreira, sócio n.º 1. Residência: Rua 16, n.º 1452-r/c — Espinho. Idade: 31 anos.

1.º SECRETÁRIO — Manuel Oliveira Filipe Azevedo, sócio n.º 5709. Residência: Rua de Sá n.º 84 — Ermesinde. Idade: 39 anos.

2.º SECRETÁRIO — Albino Fernando Oliveira Duarte, sócio n.º 1383. Residência: Rua de Catões — Guifões — Matosinhos. Idade: 38 anos.

TESOUREIRO — José dos Santos Rodrigues Teixeira, sócio n.º 1201. Residência: Rua D. Afonso Henriques, 757-2.º-Dt.º — Areosa Porto. Idade: 31 anos.

Conselho Fiscal da Zona Norte

PRESIDENTE — José Manuel Baptista Guerreiro de Sá, sócio n.º 1627. Residência: Rua Pedro Hispano, 1371 — Porto. Idade: 33 anos.

RELATOR — Nicolau João Teixeira Azevedo, sócio n.º 1514. Residência: Lugar de Espinho — Tabuaço — Espinho. Idade: 32 anos.

VOGAL — Henrique Tomás Magalhães Rodrigues, sócio n.º 1624. Residência: Rua das Moutadas, 778-1.º-Esp. — Gulpihares — V. N. Gaia. Idade: 36 anos.

PROGRAMA DE ACÇÃO

1. — ACCÃO INTERNA

- 1.1 — Acção interna de âmbito nacional
- 1.2 — Acção interna de âmbito regional

2. — ACCÃO EXTERNA

- 2.1 — Acção externa de âmbito nacional
- 2.2 — Acção externa de âmbito regional

1. — ACCÃO INTERNA

- 1.1 — Acção interna de âmbito nacional

No âmbito da acção interna, os órgãos sociais propostos pretendem levar a cabo tarefas que levem à consciencialização de todos os órgãos da ADFA da necessidade de trabalharem no fim comum para o qual a ADFA foi criada, tentando dar autonomia efectiva à descentralização prevista nos estatutos, na base da confiança e cooperação entre as várias zonas para que os órgãos considerados racionais funcionem de facto e não sejam meros expedientes desta ou daquela zona, que pouco ou nada resolve, pelo contrário, só divide a nossa Associação. Para tal propõem-se de forma determinante, contribuir para que o Secretariado Nacional seja de facto o 2.º órgão máximo dentro da ADFA em que a vontade dos associados através dos seus representantes regionais sejam intransigentemente defendidos e que tal órgão assumam a responsabilidade que de direito lhe cabe.

Assim, propõem-se apresentar, o mais breve possível, um projecto de alteração estatutária nos pontos em que o estatuto não está, a nosso entender, consentâneo com o funcionamento que se deseja eficaz desse órgão, tal como noutros pontos que a prática tem vindo a revelar como insuficientes ou omissos. Ainda nesta linha de acção, propõem-se dar seguimento aos pontos apresentados em projecto de análise que a Zona Norte apresentou na reunião de todos os órgãos da ADFA realizada em Lisboa em 30/9 e 1/10/78, pontos estes que

incidem sobre aspectos ainda hoje perfeitamente actuais.

Ainda na acção de âmbito nacional, tudo faremos para que a ADFA se organize de acordo com a descentralização regional prevista nos Estatutos não permitindo que se torne uma organização macrocéfala, mas sim equilibrada em termos regionais. Para tal será necessário estudar as zonas em que a ADFA se encontra dividida de forma a proceder-se a possíveis rectificações, tendo em conta os dados obtidos pela experiência vivida nas respectivas zonas.

É ainda intenção dos propostos:

— Pugnarmos pelo estabelecimento de normas orientadoras da regulamentação interna da Associação, tendo em vista dar melhor operacionalidade aos serviços e à sua interligação, estabelecendo os circuitos de informação que permitam o esclarecimento total e o banir dos mal entendidos que no passado sempre têm dado resultado a confrontos regionais que a nada conduzem;

— Contribuir para o funcionamento eficaz e isento do Jornal «Elo» fazendo dele o órgão informativo, formativo e dinamizador dos deficientes, em que as zonas tenham o seu papel fundamental, e evitar que tal órgão seja desaproveitado.

Ainda no âmbito da acção interna nacional, esta lista faz uma análise crítica do programa dos Órgãos Sociais Centrais que acabam de cumprir o seu mandato, confrontando-o com as realizações efectuadas, com vista à selecção dos assuntos que ele contém e que reputamos importantes, de forma a darmos o nosso contributo para a sua solução. Destes assuntos referimos essencialmente os seguintes:

1 — Resolução dos problemas pendentes já há dois anos, sobre a definição de uma política de reestruturação da ADFA e de uma política de pessoal que assegure os interesses que a ADFA quer dos seus trabalhadores.

2 — Realização do Congresso da ADFA, conforme determina o Estatuto, com vista à definição do programa da Associação no campo da Reabilitação e Reintegração Social.

3 — Definição de uma política económica e financeira apoiada nos planos de desenvolvimento.

4 — Desenvolvimento de um programa de valorização profissional que inclua não só os trabalhadores da ADFA mas também todos os sócios interessados.

5 — Acção dinamizadora de todos os associados a fim destes se sentirem sensibilizados para a participação de que a Associação necessita.

1.2 — Acção interna de âmbito regional

Na acção interna regional a Direcção proposta tentará estudar de imediato os dossiers deixados pela Direcção cessante, tendo em vista o estudo da viabilidade dos projectos já existentes. Procurará de imediato diligenciar de forma a tentar resolver o pro-

blema já antigo sobre as instalações da Delegação do Porto de modo a criar condições de estabilidade e desenvolvimento. Procurará também adaptar os serviços da zona tendo em vista a situação actual da ADFA no Porto e de acordo com novas iniciativas a tomar, sem deixar de atender à definição do todo nacional. Promoverá internamente a consciencialização e motivação dos trabalhadores e sócios em geral para as acções a abraçar, na perspectiva de que não cabem apenas aos órgãos tais tarefas, mas a todos em conjunto.

Propõe-se ainda a Direcção candidata:

— Desenvolver esforços em ordem a dinamizar as actividades de carácter cultural e desportiva através de planeamento a estudar;

— Promover cursos de aperfeiçoamento profissional destinados essencialmente a dar melhor preparação ao pessoal trabalhador da Zona, quer pessoal administrativo quer pessoal oficial;

— Desenvolver, por fim, todos os esforços para a prossecução dos objectivos definidos na acção de âmbito nacional e que tenham como base a situação da Zona Norte.

2. — ACCÃO EXTERNA

- 2.1 — Acção externa de âmbito nacional

A lista proposta fará incidir a sua acção fundamentalmente no sentido de que os órgãos nacionais planeiem as suas acções com vista a sensibilizar o Secretariado Nacional de Reabilitação e C. M. R. A. no sentido da resolução concreta dos problemas dos deficientes, de acordo com a definição do estatuto que criou estas entidades. Para tal deverá criar serviços de apoio que facilite a apresentação de sugestões por elas a encarar.

Diligenciará também, juntamente com os órgãos centrais perante o Ministério da Defe-

sa Nacional no que diz respeito aos problemas cuja resolução passa por este ministério.

É ainda desejo da lista candidata colaborar com os órgãos Centrais no aprofundamento das relações com associações congéneres e outras entidades, quer nacionais quer estrangeiras, no sentido de contribuir de forma incisiva para as medidas a adoptar para as soluções necessárias no campo da problemática dos deficientes.

- 2.2 — Acção externa de âmbito regional

Pretende-se realizar contactos de âmbito regional no mesmo sentido do já definido em relação ao âmbito nacional.

É também intenção activar a colaboração dos órgãos da comunicação social em ordem a transmitir uma maior divulgação da ADFA e das suas actividades.

Por fim, propõem-se os candidatos a consciencializarem e sensibilizarem as entidades militares para os problemas dos deficientes e obterem a sua colaboração.

Porto, 4 de Junho de 1979.
P/A Lista Candidata
Ilegivel

RELATÓRIO DAS ELEIÇÕES NA ZONA NORTE

Em conformidade com a deliberação da Assembleia Geral Nacional da ADFA, realizaram-se na Zona Norte, no passado dia 23 de Junho, as eleições para os Órgãos Sociais.

DELEGAÇÃO DE VISEU

Decorreu nas instalações desta delegação, no dia 21 de Maio, um jantar de confraternização no

qual participaram cerca de 20 associados e alguns familiares.

A motivação que rodeou esta demonstração de franco convívio e confraternização inseriu-se, ainda, nas comemorações do 5.º Aniversário da ADFA, satisfazendo a vontade dos associados que participaram no Torneio de futebol de salão entre várias delegações da ADFA e que a equipa de Viseu acabou por vencer com brilhantismo e dignidade. Estiveram presentes os que, dentro do campo fizeram os resultados e os que indirectamente colaboraram na sua efectivação.

De realçar a camaradagem reinante durante o desenrolar do torneio bem como durante a realização do jantar de confraternização, que para além da alegria pelo 1.º lugar obtido, também haveria alegria qualquer que fosse a classificação, porque no fundo o que nos interessa é participar e conviver com os Camaradas de outras delegações em qualquer tipo de iniciativas.

Apesar do manifesto contentamento de todos, também existiu a preocupação pela vida associativa com realce para os problemas em que actualmente a ADFA se encontra debruçada.

Foi nítida a impressão geral dos presentes que há toda a necessidade de incentivar a realização de convívios semelhantes.

ELEIÇÕES - ZONA DE LISBOA

MESA DA SEDE:

ÓRGÃOS SOCIAIS CENTRAIS

Votos a favor	87
Votos nulos	9
Total de votantes	96

DELEGAÇÃO DE PONTA DELGADA

ÓRGÃOS SOCIAIS CENTRAIS

Votos a favor	73
Votos nulos	2

ÓRGÃOS LOCAIS

Votos a favor	75
Votos nulos	0
Total de votantes	75

DELEGAÇÃO DE ANGRA DO HEROÍSMO

ÓRGÃOS SOCIAIS CENTRAIS

Votos a favor	31
Votos nulos	0

ÓRGÃOS SOCIAIS LOCAIS

Votos a favor	31
Votos nulos	0
Total de votantes	31

DELEGAÇÃO DE SETÚBAL

ÓRGÃOS SOCIAIS CENTRAIS

Votos a favor	31
Votos nulos	1

ÓRGÃOS LOCAIS

Votos a favor	32
Votos nulos	0

Relatório

— As mesas de voto em qualquer destes quatro locais abriram às 15 horas e fecharam às 21, como indicavam as instruções da MAGNE.

— A votação decorreu em todas estas mesas sem incidentes e dentro da maior normalidade.

— A afluência às urnas foi muito satisfatória nas

delegações dos Açores e de Setúbal.

— Já não se pode dizer o mesmo da mesa de Lisboa onde a percentagem de votantes foi fraca. Como explicação principal para o assunto aponta-se o facto de a lista candidata não ter feito sessão nenhuma de propaganda ou esclarecimento aos sócios.

CARRINHA PARA A ADFA — PORTO

Tem sido noticiado neste jornal a iniciativa lançada por um grupo de associados, com vista à angariação de fundos para a compra de uma carrinha, capaz de corresponder às necessidades da Delegação do Porto.

O camião ali existente desde a posse das actuais instalações e que se encontrava cedido a título provisório, acaba de ser entregue a uma Corporação de Bombeiros, por determinação superior, o que veio tornar ainda mais necessária a existência de um meio de transporte, quer de pessoas, quer de materiais provenientes das Oficinas, cujas actividades se têm vindo a alargar.

Apesar do acolhimento que tal iniciativa tem despertado entre os associados muitos há ainda, que não deram o seu contributo para este fim. Temos a certeza que também o irão fazer numa próxima oportunidade, a menos que o desleixo, consiga ser

mais forte que o carinho e dedicação por uma obra que é nossa, facto em que não acreditamos.

Se cada associado da Zona Norte, contribuisse com a simples quantia de 250\$00, em breve teríamos 500 contos, montante suficiente para a resolução deste problema.

Assim, fica dependente da colaboração de cada associado, a possibilidade da A. D. F. A. — Porto, obter a carrinha de que tanto necessita.

ELEIÇÕES

— Delegação de Famalicão

As eleições para os órgãos locais desta delegação só se efectuam em 7 de Julho, concorrendo três listas.

Estas eleições foram adiadas porque nos prazos anteriormente estipulados nenhuma candidatura tinha sido apresentada.

O próximo «Elo» naturalmente abordará os resultados.

ELEIÇÕES - Zona Centro

Mesa da Assembleia Geral da Zona Centro

PRESIDENTE — Jorge Manuel da Costa Pinto, sócio n.º 5797, 26 anos, residente na R. J-2, 3.º Dt.º em Viseu.
SECRETÁRIO — José Manuel Duarte Ferreira, sócio n.º 558, 31 anos, residente em Caragosa — SEIA.
SECRETÁRIO — Bernardino António Azevedo, sócio n.º 3, 33 anos, residente em St.º André — MANGUALDE.

Direcção da Zona Centro

PRESIDENTE — Almiro Pais Correia, sócio n.º 1442, 34 anos, residente em Bigas, Lardosa — VISEU.
VICE-PRESIDENTE — Aristides Rodrigues Saraiva, sócio n.º 2878, 35 anos, residente em Fatações — VOUZELA.

1.º SECRETÁRIO — João Velho Madeira, sócio n.º 5432, 28 anos, residente em Viseu — VISEU.
2.º SECRETÁRIO — Mário de Sousa Lemos, sócio n.º 1044, 28 anos, residente em Barbeita — VISEU.

TESOUREIRO — Narciso Batista Pinheiro, sócio n.º 908, 28 anos, residente em Barreiros — VISEU.

Conselho Fiscal da Zona
PRESIDENTE — António Rodrigues Cardoso, sócio n.º 1180, 35 anos, residente em TONDELA.
RELATOR — António Pais Ferreira, sócio n.º 586, 33 anos, residente em Valverde — Lobão da Beira — TONDELA.

VOGAL — Germano Coimbra de Sousa, sócio n.º 1223, residente em TONDELA.

dato dos órgãos eleitos em 18 de Junho de 1977, feita a análise do funcionamento dos órgãos de zona, constatou-se não terem correspondido da melhor forma, acima de tudo motivado pela descentralização que se experimentou. O Conselho Fiscal nem sequer funcionou uma só vez, a Mesa da Assembleia Geral teve uma acção bastante reduzida e a Direcção de Zona foi o único órgão que funcionou regularmente, embora com certas deficiências e a sua acção foi um tanto ou quanto prejudicada pelo mau funcionamento dos órgãos atrás citados e as Direcções das Delegações da Zona.

Assim, encarando de frente as realidades da Zona, tendo ainda em consideração a experiência destes dois últimos anos, a apresentação de uma lista conjunta para os três Órgãos Sociais de Zona visa a intenção de ultrapassar as anomalias então detectadas, criando uma equipa homogênia, dinâmica e eficiente, procurando corresponder aos anseios dos associados desta Zona. Pensamos que isso só será conseguido com a centralização em Viseu, Sede da Zona, dos três Órgãos Sociais, permitindo assim maior mobilidade e eficácia e apoio mútuo nas tarefas inerentes a cada Órgão, e ainda a possibilidade de dar uma resposta rápida quando solicitados. A nossa proposta será analisada pelos sócios durante dois anos e no final os associados formarão o seu juízo sobre se valeu a pena a tal centralização.

Delegações deverá ser efectuada através de contactos mais estreitos e regulares, isentos de bairrismos estereis e prepotências nefastas. As delegações deverão apresentar os seus problemas aos Órgãos Regionais e em conjunto com eles tentar solucioná-los ou encarregá-los da sua apresentação junto dos Órgãos Centrais. Será fomentada a ligação entre os serviços das delegações e procurar-se-á a valorização profissional do pessoal e consequente melhoria no atendimento e encaminhamento dos problemas apresentados.

Procurar-se-á fomentar a participação activa e militante dos trabalhadores, elementos dos Órgãos Sociais e associados, que será o melhor garante da continuidade da ADFA e do sucesso da luta dos deficientes das Forças Armadas, que terá de ser a luta de todos os deficientes e de todos os marginalizados. Sem isso, será difícil pôr em prática as iniciativas que qualquer Órgão Social venha a planear.

Os Órgãos de Zona, para além da defesa dos interesses da Zona, vão tentar estar dentro dos problemas da ADFA a nível Nacional procurando assim corresponder melhor às responsabilidades que aceitaram participando de uma forma mais consciente na discussão desses problemas principalmente através dos três elementos que constituem o Secretariado Nacional. Aliás quanto ao Secretariado Nacional, serão tomadas as medidas necessárias para o seu bom funcionamento, o que não se verificou no anterior mandato. Serão facultadas reuniões regulares com os associados, possivelmente uma

vez por mês, procurando-se pô-los ao corrente dos problemas correntes e auscultar a sua opinião.

Fomentar a realização de contactos externos através de colóquios e divulgação da ADFA com a efectivação de convívios culturais e desportivos e de recreação. Zelar pelo cumprimento integral dos Estatutos da ADFA aprovados em Assembleia Geral Extraordinária de 9 de Janeiro de 1977. Defender a independência financeira e administrativa das delegações conforme preceitamos os Estatutos, procurando solucionar a curto prazo as dificuldades existentes em conjunto com as mesmas. Colaborar com organizações congêneres, através da cedência de instalações ou material para o efeito desde que não colidam com os interesses da ADFA, promovendo a realização de contactos e troca de experiências de interesse para ambas as partes.

Pugnar pelo direito de representação de delegados da ADFA junto das diversas entidades relacionadas com a actividade da nossa Associação e obrigatoriedade de a ADFA participar na elaboração de legislação própria dos deficientes como principal interveniente e interessada.

Pugnar pela independência da ADFA em relação ao Poder constituído, mantendo o espírito com que foi criada e reivindicando desse mesmo Poder a satisfação dos interesses de todos os deficientes quando justos. Pugnar pelo enquadramento no Dec.-Lei 43/76 de 20 de Janeiro de todos os Camaradas com acidentes em serviço e a revisão de processos daqueles que nem sequer estão considerados em serviço de uma

forma mais justa e ainda a publicação de legislação mais favorável aos familiares de falecidos. Fomentar a realização de contactos com as Direcções de outras Zonas e com as Direcções de Delegações dessas Zonas.

Incrementar os contactos com entidades civis e militares que contribuam para o engrandecimento da ADFA e a promoção do seu prestígio, aproveitando da melhor forma as possíveis facilidades postas à nossa disposição. Incentivar a possibilidade de os deficientes se valorizarem profissionalmente e culturalmente, criando na Zona o mínimo de condições para o efeito e exigindo aos Órgãos Centrais a criação na Sede de condições para esse fim no que respeita a casos específicos e que é impraticável nas Zonas por dificuldades diversas.

RELATÓRIO

Viseu

O acto eleitoral decorreu normalmente, com início pelas 15h00, verificando-se pelas 16h00 que já tinham votado cerca de 60 associados. De salientar que vários associados se deslocaram à delegação na parte da manhã, na maior parte dos casos por falta de transporte durante a tarde e que na impossibilidade de votar pessoalmente, deixaram uma declaração para o efeito. O horário de funcionamento do acto eleitoral, em próximas eleições, deverá ser revisto de forma a atender aos circunstacionalismos próprios de cada delegação.

Resultados:
 Número de votantes: 83 (oitenta e três).

Órgãos Sociais Centrais: 83 votos a favor, zero abstenções e zero nulos.

Órgãos Sociais Regionais: 83 votos a favor, zero abstenções e zero nulos.

O acto eleitoral encerrou pelas 21h00.

Coimbra

Pelas informações de que dispomos, o acto eleitoral nesta delegação também decorreu normalmente. Esteve presente um delegado da lista candidata aos Órgãos Regionais.

Resultados:
 Número de votantes: 43 (quarenta e três).

Órgãos Sociais Centrais: 43 a favor, zero abstenções e zero nulos.

Órgãos Sociais Regionais: 43 votos a favor, zero abstenções e zero nulos.

Órgãos Sociais Locais: 43 a favor, zero abstenções e zero nulos.

O acto eleitoral encerrou pelas 21h00.

Castelo Branco

Aqui também o acto eleitoral decorreu normalmente. Esteve presente um delegado da lista candidata aos Órgãos Regionais.

Resultados:
 Número de votantes: 43 (quarenta e três).

Órgãos Sociais Centrais: 39 votos a favor, zero abstenções e 4 nulos.

Órgãos Sociais Regionais: 34 a favor, zero abstenções e nove nulos.

Órgãos Sociais Locais: 43 votos a favor, zero abstenções e zero nulos.

O acto eleitoral encerrou pelas 21h00.

I

Introdução

Passados quase dois anos, período de duração do man-

II

Actividades

A ligação entre os Órgãos de Zona e as Direcções das

ELEIÇÕES - Zona Sul

Mesa da Assembleia Geral da Zona Sul

PRESIDENTE — Casimiro Afonso Cavaco Dias, sócio n.º 195.
1.º SECRETÁRIO — Francisco Manuel Batarde de Almeida, sócio n.º 3775.
2.º SECRETÁRIO — Manuel Maria, sócio n.º 1994.

Direcção da Zona Sul

PRESIDENTE — Joaquim Alberto Santana Valadas, sócio n.º 2123.
VICE-PRESIDENTE — Manuel Inácio Paixão Grilo, sócio n.º 74.

1.º SECRETÁRIO — Joaquim Manuel Vicente Saragoga, sócio n.º 2149.
2.º SECRETÁRIO — Eduardo Arsénio Parreira Moleirinho, sócio n.º 3774.

TESOUREIRO — José Plácido Rodrigues de Almeida, sócio n.º 2086.

Conselho Fiscal da Zona Sul

PRESIDENTE — Manuel Francisco da Silva Serrano, sócio n.º 7201.
RELATOR — Celestino José Barreiros Veiga, sócio n.º 1302.
VOGAL — José Carlos Pestana Júlio, sócio n.º 7103.

PROGRAMA

I

Introdução

Passados quatro anos sobre a criação da ADFA em Évora, torna-se imperioso pensar o que fomos, o que somos e que pretendemos continuar a ser, como força

actuante dos Deficientes das Forças Armadas da Zona Sul.

Novas eleições se vão realizar, e a palavra de ordem terá que ser a coesão e unidade que deve conjugar na mesma luta todos os Deficientes da Zona Sul a fim de elegerem os órgãos sociais da Zona, os quais têm de formar uma equipa homogênea com um único fim; aquele que se encontra consignado nos nossos Estatutos aprovados em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de Janeiro de 1977.

Muitos erros se cometeram e muita coisa correu mal durante os anos transactos, mas o tempo que ficou para trás serviu-nos, em alguma medida, para demarcar metas, medir forças e referenciar, sobretudo, quem pretende que a ADFA siga em frente com as suas linhas programáticas na política do Deficiente, e quem são aqueles que tudo fazem para amolecer e minar a luta e o trabalho que se tem vindo a desenvolver.

Temos plena consciência dos meios humanos e materiais com que podemos contar neste virar de mais uma página da vida na nossa Delegação e, por isso mesmo, apresentamo-nos à massa associativa dentro de um espírito empreendedor, mas de cabeça fria, a fim de podermos levar em frente o que pretendemos.

Em tudo o que tencionamos levar em frente, respeitaremos sempre os Estatutos da Associação, que estes órgãos respeitaram e cumprirão na sua totalidade.

II

Actividades internas

Muitos sócios buscam na Associação o apoio burocrá-

tico, na resolução de processos e no encaminhamento de problemas vários, os quais terão que ser tratados com toda a eficiência, para que não resulte daí danos morais e materiais.

Se todos os Deficientes das Forças Armadas necessitam de um apoio constante, alguns existem, e muitos, que necessitam de uma atenção muito especial, tal como os não abrangidos por qualquer legislação, entre estes os Deficientes Mentais. Sabe-se que as dificuldades de solução dos problemas destes são enormes, mas procurar-se-á, dentro da capacidade dos serviços da Delegação dar-lhes a melhor resposta.

Para a integração na sociedade dos Deficientes das Forças Armadas, concorrem várias acções, sendo de destacar as seguintes:

CULTURAL
FORMAÇÃO PROFISSIONAL

DESPORTO
 Será através do desenvolvimento destas acções que os órgãos desta Zona terão uma atenção muito especial, sempre em perfeita sincronização e colaboração com o órgão social Central, com o qual se estabelecerão métodos de trabalho com a finalidade de uma orientação a nível nacional.

Será feito um grande esforço para que sejam criadas condições na Delegação, para que os sócios possam encontrar um ambiente acolhedor, sentindo-se como em sua própria casa, para que possam ter iniciativas de apresentarem propostas que visem o desenvolvimento da Zona Sul.

Será normalizado o sistema contabilístico e serão aplica-

dos os mais eficazes métodos de gestão e utilização de verbas, assim como se procurará uma eficiência total dos trabalhadores de todos os sectores.

As medidas que têm vindo a ser inúmeras só poderão ser aplicadas com resultados positivos se, se verificar uma participação activa dos sócios na vida associativa. Tentar-se-á fomentar a intensificação dos mesmos, com reuniões, grupos de trabalho, e comissões de dinamização, o que permitirá o desenvolvimento cada vez maior da Zona Sul.

A coesão da Associação, referida no início, depende especialmente da unidade, e

militância dos sócios, pois são eles que garantem a continuidade da ADFA e o sucesso da mesma a fim de não cairmos numa injustiça social, tal como aconteceu com os «inválidos da Grande Guerra».

Os sócios, dentro da Associação, além dos direitos que lhes cabem têm também deveres a cumprir, esses deveres estão expressos nos Estatutos o qual estes órgãos de Zona velarão pelo seu cumprimento. Faz-se aqui, referência ao n.º 2 do Art.º 4.º dos Estatutos em que diz que é vedado ao sócio encaminhar a Associação para qualquer partido ou religião ou ainda

servir-se da mesma para iguais fins. Isto será respeitado na íntegra e será exercida uma vigilância permanente no sentido de que não seja transportado para dentro da Associação manobras partidárias.

III

Actividades externas

Far-se-ão contactos com outras Associações de Deficientes, no sentido de se canalizarem informações e pareceres sobre o Deficiente em Portugal; a fim de se estabelecerem actividades comuns que beneficiem todos os Deficientes.

Serão estabelecidos contactos com entidades militares e civis a fim de lhes dar a conhecer melhor a Associação e a luta que a mesma tem desenvolvido para a integração de Deficientes na Sociedade.

Assim com a participação de todos os associados se conseguirá pôr a Associação exclusivamente ao serviço dos Deficientes e alcançar-se-ão os objectivos que presidiram à criação da ADFA.

DELEGAÇÃO DE PONTA DELGADA

O ELO recebeu para publicação uma relação de 98 sócios que pelas suas quotas relativas a Janeiro e Fevereiro deste ano pagaram a quantia total de 24 410\$00 que reverte para fundos da mesma delegação.

Aqui fica a notícia. Continuem.

OFICINA DE TIPOGRAFIA

DA

ADFA

EXECUTA

TODOS OS TRABALHOS

DE TIPOGRAFIA

E ENCADERNAÇÃO

Rua Artilharia Um — Tel. 653593 — LISBOA

REABILITAÇÃO E REINTEGRAÇÃO SOCIAL

Já os Estatutos da ADFA consagram como objectivo da nossa Associação a REABILITAÇÃO e REINTEGRAÇÃO SOCIAL dos seus associados.

Sobre este tema vêm correndo rios de tinta sem que se procure esclarecer o que afinal as próprias palavras tão claramente significam!

Na realidade, REABILITAÇÃO quer dizer: reposição no lugar.

É o que a lei 2.127, de 3-8-65, de reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho e doenças profissionais, expressamente determina na sua Base XLII — Proibição de descontos nos salários — «As entidades patronais não poderão descontar qualquer quantia no salário dos trabalhadores ao seu ser-

viço a título de compensação pelos encargos resultantes desta lei, sendo nulos os acordos realizados com esse objectivo.

Facilmente se vê que o legislador quer respeitar o princípio da REABILITAÇÃO. Diz ele que um sinistrado de trabalho se sofreu uma diminuição há-de receber uma pensão como indemnização dessa diminuição da incapacidade geral do ganho e depois de ser reabilitado fisicamente deve perceber o salário total correspondente ao novo ou mesmo posto de trabalho.

O mesmo se deve entender do assento do Supremo Tribunal Administrativo de 16-1-69 que diz assim: «O salário auferido pelo trabalhador que sofre de certo grau de incapacidade perma-

nente de trabalho por virtude de acidente de trabalho ou doença profissional é acumulável com a indemnização, traduzida em qualquer espécie de prestação, que lhe foi concedida por causa daquele acidente ou daquela doença».

E ainda quer dizer o Decreto n.º 360/71 de 21 de Agosto, que regulamenta a lei 2.127, no seu Art.º 53.º — Suspensão ou redução das pensões —: «As pensões por incapacidade permanente não podem ser suspensas ou reduzidas mesmo que o sinistrado venha a auferir retribuição superior à que tinha antes do acidente salvo em consequência da revisão prevista na base XXII».

Pena foi, que em 9 de Dezembro de 1972 surgisse o Decreto-Lei n.º 498/72 — Estatuto da Aposentação — em flagrante oposição a todos os princípios de reabilitação, designadamente nos seus Art.ºs 78.º e 79.º que colidem frontalmente com a legislação anteriormente referida e que se mostra muito mais progressista.

Felizmente apareceu o DL 43/76 de 20 de Janeiro que inequivocamente consagra no seu Art.º 13.º — acumulações de pensões e vencimentos — «Os beneficiários de pensões de reforma extraordinária ou de invalidez considerados nos termos deste diploma não são abrangidos pelo disposto nos Art.ºs 78.º e 79.º e na alínea b) do n.º 1 do Art.º 82.º do Decreto-Lei n.º 498/72 de 9 de Dezembro, nos Art.ºs 23.º e 24.º do DL 26115 de 23 de Novembro de 1935, podendo, quando exercerem funções remuneradas, excepto ao serviço das Forças Armadas, acumular a totalidade daquelas pensões, com a remuneração do cargo em que forem providos».

E mais recentemente se mantém o princípio de respeito pelos direitos adquiridos, do Dec.-Lei n.º 124/79 de 10 de Maio — Integração do pessoal dos Serviços Médico-Sociais no regime geral da Função Pública — designadamente no seu Art.º 39.º — acumulação — onde expressamente se

diz: «O pessoal transferido para os SMS, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 12/77, de 7 de Fevereiro, que tenha a qualidade de aposentado pela Caixa Geral de Aposentações mantém o direito à acumulação da pensão com a remuneração por inteiro correspondente à sua categoria e regime de prestação de trabalho, sem prejuízo dos limites fixados por lei».

Resta-nos esperar que a alteração ao Estatuto da Aposentação, já aprovada em Conselho de Ministros, restabeleça o princípio da REABILITAÇÃO já consagrada em legislação anterior e hoje reconhecido em todos os países evoluídos.



O fim das guerras poria ao serviço da PAZ enormes quantias

48 MIL CONTOS POR MINUTO

O Mundo gasta com as defesas militares a fantástica quantia de 48 mil contos por minuto. O comércio de arma escapa «virtualmente a todo e qualquer controle». Estes dados são extraídos do relatório anual do Instituto Internacional de Estocolmo da Procura da Paz publicado em 21 de Junho deste ano na Suécia.

Os técnicos deste instituto mostram-se inquietos

perante a corrida aos armamentos.

Da totalidade das defesas militares a NATO e o Pacto de Varsóvia ficaram com 70%. No entanto, nos últimos anos os orçamentos militares registaram um rápido crescimento, principalmente nos países do Terceiro Mundo.

Os principais fornecedores de armamentos para estes países são os Estados Unidos com 47% largamente

mente à frente da URSS, França, Itália, Inglaterra, Alemanha Federal e China.

O relatório do Instituto sueco afirma ainda que dos 155 satélites postos em órbita em 1978 só 43 não tinham vocação militar.

Ficam as mesmas perguntas de sempre:

— Quantos hospitais devidamente equipados construíamos com este dinheiro?

— Ou será que não temos direito à saúde?

— Quantas escolas e universidades faríamos com este dinheiro?

— Ou será que não temos direito ao ensino e à cultura?

— Quantas casas e apartamentos erguemos com tanto dinheiro?

— Ou será que não temos direito à habitação, a um tecto onde tranquilamente nos acolhemos depois de um dia de trabalho.

— Quantas estradas, pontes, barragens, canais, tractores, brinquedos?

— Quantos jardins, pavilhões gimno-desportivos, camionetas?

— Quantas creches, centros de 3.ª idade, fábricas e aparelhos protésicos?

Com 48 mil contos por minuto quantas coisas teríamos e faríamos? Mas sobretudo, como seria uma vida em que a guerra não viria nos dicionários e todo o imenso complexo industrial militar não fosse mais que uma coisa de antepassados que teríamos na História?

A PAZ É POSSÍVEL.

A Paz será o futuro. Somos muitos a querê-la, a lutar por ela. Com a abolição da injustiça e da exploração abrem-se as portas à sociedade da liberdade, da justiça social e da PAZ. É uma das possibilidades que a PAZ nos traz é não haver mais deficientes das Forças Armadas e é podermos atacar com êxito as causas das outras diversas deficiências. Por todos os motivos a nossa Associação também está claramente ao lado das forças que lutam pela PAZ.

fogueira afim de assar a sardinha que tínhamos levado de Lisboa e, logo de seguida, montou-se o bar onde os Codefianos puderam saciar a sua sede, pois havia ali bebidas para todos os gostos e, ainda por cima, geladas.

O almoço decorreu na mais ampla fraternidade com toda a gente a petiscar do almoço do companheiro do lado, como se de uma só família se tratasse.

A tarde o grupo de teatro que nos acompanhou desde Lisboa, apresentou uma peça de teatro de sua autoria que foi muito aplaudida por todos.

Depois o Grupo de Teatro e Codefianos cantaram em conjunto atrojando os ares com as suas vozes extremamente afinadas.

Houve também concurso de Tiro aos pratos e ao chumbo, com a respectiva entrega de taças e outros prémios aos vencedores.

No aspecto cultural, não foi só o Teatro que esteve presente. Procedeu-se também ao lançamento do 4.º Livro do Capitão Calvino, O ANTI-HOLOCAUSTO 2, e «GRADES DE NOVEMBRO» do nosso Camarada CARMO VICENTE.

Por volta das oito da tarde, regressou-se a LISBOA, com todos a cantar e a dançar dentro do AUTOCARRO. Tinha acabado mais um aniversário da CODEFA. Para o ano há mais camaradas!

O MENINO E A GUERRA

Ao passar pelas montras das casas de brinquedos fico a pensar no proliferar das imitações de armas de guerra. Algumas são fabricadas com tal perfeição que mais parecem verdadeiras.

E, eu olho para elas e fico a pensar...

Bem, eu não sou contra os brinquedos. Entendo até que todas as crianças deviam ter todos quantos quisessem e tenho muita pena de tantas crianças que têm tão poucos e tão modestos.

O que eu não gosto é de ver crianças a matar outras crianças.

Mas é a brincar, a fingir — dirão. Pois é, mas... bem, eu não gosto.

Lembro-me até do pai que simulava uma morte dolorosa provocada pelos disparos certos da «metralhadora a pilhas», que oferecera ao filho pelo Natal.

— Que engraçado! dizem — Sim Senhor, que pontaria; isso é que é matar!

Houve até quem o considerasse um herói. Claro, disparava sobre o pai.

Bem, mas agora não é Natal e estou aqui a falar de brinquedos, poderá parecer despropositado.

Mas eu explico a minha ideia.

Como todos sabemos, está a decorrer o Ano Internacional da Criança.

A este propósito algumas iniciativas de interesse foram levadas a cabo. Isso é verdade. Algumas até com muito interesse; mas um ano passa depressa. Metade já lá vai! Célere passará a outra metade.

E depois?

Depois pronto. Foi lindo, mas acabou.

Algumas crianças mal se terão apercebido que este ano lhes foi dedicado e, pela mesma razão, brevemente esquecerão a ténue recordação que dele lhes ficou.

É por isso que eu penso

que o importante seria ensinar aos adultos que é necessário, que é urgente, que cada ano, cada dia, cada segundo deverá ser internacionalmente da criança.

Ensinar aos adultos o sagrado dever de preparar o futuro das crianças. E, nesse futuro não pode haver guerra.

E, se todos nós adultos fizéssemos uma pausa e, em conjunto, meditássemos sobre a guerra!

Não quero acusar ninguém, mas se, quando nós eramos crianças, os nossos pais tivessem feito essa pausa, se conjuntamente tivessem analisado as causas e as consequências da guerra, se conjuntamente, ombro com ombro, tivessem imposto o cumprimento das suas conclusões, quantos horrores se teriam evitado.

Mas, eles não o fizeram, nós não o fazemos e as guerras continuam.

Quantas crianças mortas por uma bala ou por um estilhaço de granada não ficam, assim, sem saber como foi a sessão de encerramento do Ano Internacional da Criança?!

De encerramento!

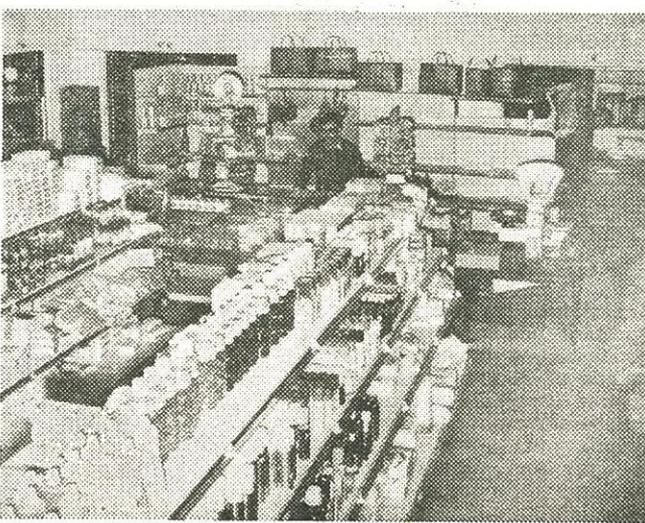
Por que é que continuamos a comprar e a vender imitações de tanques, canhões, metralhadoras, granadas e toda a espécie de armas e material de guerra, em vez de ensinarmos os nossos filhos a amar a paz, a fraternidade e a repudiar as armas?

Importa, pois, que saihamos o que é a guerra e que, para a evitar, estejamos sempre alerta no nosso posto de obreiros da paz.

Paz que legaremos aos nossos filhos. Paz entre os Povos. Paz entre os Homens. Homens que discutam com carácter de aplicação universal e irrevogável que todos os anos sejam da criança, a viver em paz, amor e fraternidade.

Lisboa, 2-7-79.

JOSÉ DA PORTELA



CODEFA — Uma experiência cooperativa vista de um grupo de deficientes

CONSELHO NACIONAL DE REABILITAÇÃO REALIZOU MAIS DUAS REUNIÕES ORDINÁRIAS

Na sua reunião ordinária de Maio (30) o Conselho Nacional de Reabilitação aprovou o Plano de Actividades do Secretariado Nacional de Reabilitação para o ano de 1979.

Nos termos do decreto-lei n.º 346/77, o Conselho Nacional de Reabilitação deve aprovar o plano anual de actividades até dia 15 de Setembro de cada ano. Dadas as dificuldades surgidas no último ano na constituição e entrada em funcionamento do Conselho (reuniu pela primeira vez em 15 de Março de 1979) e ainda a necessidade de apreciação de assuntos inadiáveis, o plano de actividades para 1979 veio a ser aprovado, apenas em 30 de Maio último.

No plano de actividades do Secretariado Nacional de Reabilitação para 1979 agora aprovado são apontados cinco objectivos fundamentais:

— Recolha e sistematização de elementos indispensáveis à definição de uma política nacional e global de reabilitação e integração social de deficientes.

— Intervenções sectoriais tendentes à resolução de problemas urgentes.

— Preparação dos elementos necessários ao desenvolvimento de campanhas de sensibilização da opinião pública para a problemática da reabilitação de deficientes.

— Estruturação interna do S. N. R.

— Adaptação do edifício

do S. N. R. às exigências específicas da sua utilização.

Os objectivos apontados, nomeadamente os três primeiros, encerram muita da filosofia do decreto-lei n.º 346/77 que cria o Secretariado Nacional de Reabilitação, e a qual se torna urgente viabilizar na prática. Dentre estes foi realizado, na reunião do Conselho Nacional de Reabilitação, pela sua importância primordial, o que diz respeito à sensibilização da opinião pública, tendo-se acordado que de facto «a consciencialização da sociedade quantos aos fins e meios necessários à reabilitação de deficientes e à imperatividade do dever nacional da sua efectivação» deve constituir tarefa fundamental e prioritária do Secretariado Nacional de Reabilitação. A realização desta tarefa, aliás, conjuntamente com a consciencialização dos próprios deficientes sobre as suas capacidades e interesse em se mobilizarem no sentido de procurarem a sua reabilitação e integração social, é condição necessária para que se possa caminhar no sentido dos restantes objectivos, ou seja, para que seja possível a implantação e efectivação de uma política nacional de reabilitação de deficientes.

Esta perspectiva, desde sempre defendida pela A. D. F. A., transparece claramente do articulado do decreto-lei que cria o Secretariado Nacional de Reabilitação e colhe aceitação do órgão deliberativo deste organismo.

No dia 26 de Junho realizou-se mais uma reunião ordinária do Conselho Nacional de Reabilitação que deliberou criar uma secção do Conselho para coordenar os trabalhos conducentes à elaboração de uma proposta a submeter ao plenário sobre a «definição dos regimes jurídicos que viabilizem e compatibilizem o exercício do direito ao trabalho por deficientes no sector público e no sector privado».

A secção do Conselho nomeada é composta pelos

vogais representantes da Secretaria de Estado do Trabalho, da Secretaria de Estado da População e Emprego, da Secretaria de Estado da Segurança Social, da A. D. F. A. e da A. P. D.

A próxima reunião realiza-se no dia 31 de Julho.

«Elo de Maio/79»

No n.º 72 do Jornal «Elo» do mês de Maio de 1979, a pág. 4, no artigo com o título «5.º Aniversário da ADFA», veio publicada na 5.ª coluna, com o subtítulo «Movimentação Desportiva», uma notícia incorrecta no que respeita ao vencedor do Torneio de Ténis de Mesa.

Com efeito, o vencedor do referido Torneio foi Artur Barbosa da Silva, sócio n.º 6039 da ADFA e representante da Delegação do Porto, pelo que aqui fica a devida correcção, com as desculpas do ELO ao nosso camarada e à delegação do Porto.

CÃO, GUIA DE CEGOS TAMBÉM É UMA PRÓTESE

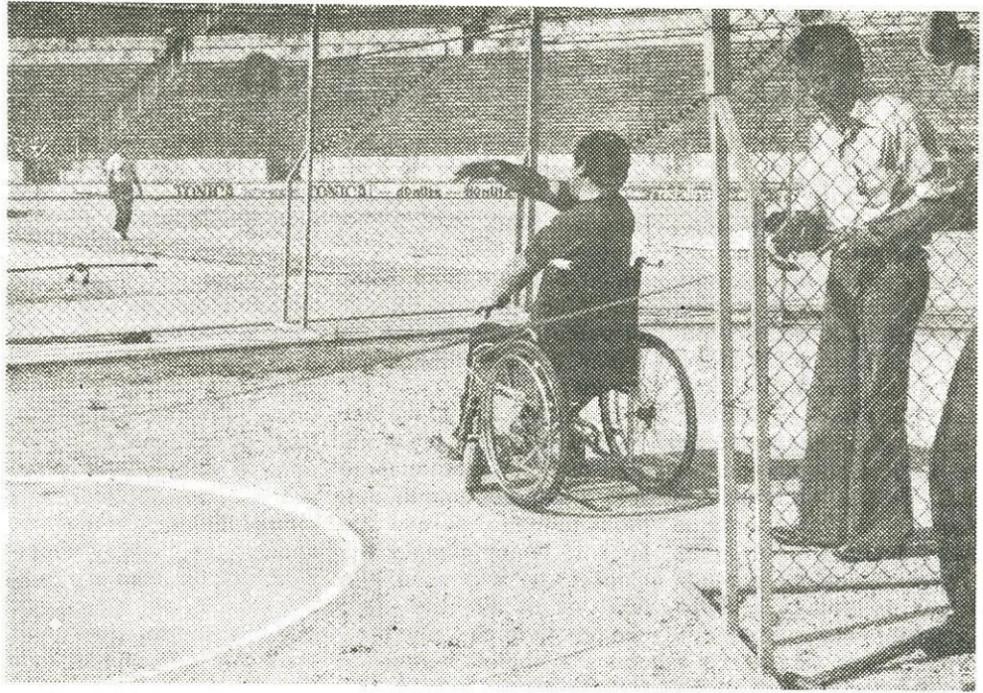
Para colaboração, solicitada pela DGTT, esteve representada a ADFA, na reunião de 7 do corrente, que teve lugar naquela Direcção Geral.

Presentes, para além da entidade organizadora e da Associação, a CP, Carris, Metropolitano, R. N. e Associação Luís Braille.

O assunto da reunião era o transporte de cães guias de cegos nos transportes públicos e pena foi constatar-se haver ainda quem entenda o problema a tratar em termos para nós inconcebíveis, como defender a não possibilidade de isentar do pagamento de bilhete os cães guias, com o argumento de que tal não acontece com outros cães como os de caça, ou que há disposições proibindo o transporte de cães!

Não perdeu, porém, a Associação a oportunidade para esclarecer que estando as empresas de transportes a encarar o problema da passagem de cães guias em termos tarifários e até de proibição de transporte por analogia com outros cães, estaria a desviar-se o problema, pois que os cães guias de cegos, podem ser considerados próteses, para as quais terá que haver tratamento idêntico ao de outras próteses.

Esta posição aprovada pela Associação Luís Braille, passou a ser corroborada por todos, que mostraram a maior abertura à criação de uma disposição legal no sen-



O desporto é um direito consagrado na Constituição

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE DESPORTOS PARA DEFICIENTES

Desde fim de 78 que vem realizando periodicamente reuniões de um grupo de trabalho formado por representantes de várias associações de deficientes

face à elaboração do projecto de estatuto da Federação Portuguesa de Desportos para Deficientes.

Os trabalhos estão já em fase adiantada. Espera-se por isso que dentro de pouco tempo a Federação seja uma realidade.

A nossa Associação também está representada neste grupo.

A Direcção Geral dos

Desportos tem dado colaboração a esta tarefa.

Ficarão assim os deficientes portugueses habilitados a melhor resolverem os seus problemas desportivos não podendo nunca prescindir do interesse que é dever do Estado no contributo substancial para a superação das carências dos deficientes e suas Associações neste sector.

AOS SÓCIOS IMPORTANTE

Lembramos aos sócios que têm as quotas com mais de um ano de atraso, que passam a não receber o nosso jornal. Assim, todos os sócios devem actualizar o pagamento das suas quotas para que tal não aconteça, o que muito desagrada aos serviços do ELO e à Direcção Central.

ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO DIRECÇÃO DO SERVIÇO DE PESSOAL

Comunica-se que a partir de 1 Julho 79 a Direcção do Serviço de Pessoal passa a ter o seguinte horário para atender os pedidos de informação de carácter pessoal:

— Das 14,30 às 17,30 h.: de 2.ª a 6.ª feira, para to-

das as Repartições instaladas na Praça do Comércio. (Rep. Oficiais, Rep. Sargentos, Rep. Pes. Civil, Rep. Geral e Rep. Recrutamento).

— Das 10,30 às 11,30 h. e 14,30 às 17,00 h.: de 2.ª a 6.ª feira para a Repartição de Praças instalada no Largo da Graça.

IMPORTANTE AOS SÓCIOS DA ZONA NORTE

Avisam-se os associados da Zona Norte que a Delegação do Porto encerrará para férias dos seus trabalhadores, de 16 de Agosto a 14 de Setembro.

Durante este período, será no entanto assegurado um serviço de recepção, sendo os assuntos accionados posteriormente.

Jornal do Exército

O Jornal do Exército na sua edição de Junho/79 publica um artigo sobre as comemorações do 5.º Aniversário da ADFA relatando, ainda que sucintamente, as várias realizações efectuadas e mostrando o nosso emblema. Noutro artigo do mesmo número este jornal insere também gravuras do anverso e reverso da medalha comemorativa do 5.º Aniversário da nossa Associação.

ASSOCIAÇÕES DE CEGOS

A Liga de Cegos João de Deus e a Associação de Cegos Luís Braille estão a comemorar conjuntamente os seus aniversários com um vasto programa distribuído por alguns dias de Junho e Julho.

Do mês de Julho destacamos:

Dia 14 — Teatro.
Dia 20 — Colóquio/debate.
Dia 23 a 27 — Exposição.



SÓCIOS FALECIDOS

Faleceu no passado dia 4 de Maio, no Sanatório de Torres Vedras, o associado Amável Dias Mendes Ribeiro.

Também faleceu no dia 6 de Junho, no Hospital Militar Principal, o sócio Sete Adamo.

A ADFA com a perda de mais estes dois associados fica mais pobre. O 25 de Abril acabou com a guerra, mas os seus efeitos continuam.

A Associação apresenta aos seus familiares e amigos as suas mais profundas condolências.

CONGRESSO DE TODOS OS DEFICIENTES

Como o ELO de Março já referiu está em preparação o I Congresso Nacional de Todos os Deficientes. Os organizadores são a ADFA e a APD. Nestes primeiros dias de Julho realizou-se as necessárias reuniões conjuntas para o lançamento oficial dos trabalhos e respectivas etapas preparatórias do Congresso. O próximo ELO falará naturalmente com o devido destaque deste importante assunto. Não devemos contudo deixar de lembrar a todos os camaradas que a realização deste Congresso é a maior tarefa que ultimamente se nos deparou como associados.

Camaradas, tudo une os deficientes. As carências e os problemas são comuns. A única diferença entre os sócios da ADFA e os outros deficientes é que nós vimos duma guerra injusta para o qual fomos por imposição. Agora, como todos os outros deficientes queremos trabalho, queremos pensões, queremos próteses, queremos aulas, queremos ser cidadãos como os outros e exigimos que a sociedade nos olhe e para conosco proceda como o fez com as pessoas não marginalizadas.

Não queremos mais guerras nem quaisquer causas de deficiências. É preciso lutar pela PAZ, pela SEGURANÇA no TRABALHO, na ESTRADA, no NASCIMENTO. É a todos os Deficientes que compete denunciar as grandes injustiças que são a causa de tantas deficiências. São as Associações de Deficientes que organizadamente têm de lutar pela total reabilitação e reintegração social dos seus sócios e de todos os deficientes.

Somos NÓS, através das nossas organizações, que temos de lutar para REABILITAR a SOCIEDADE que só então possibilitará a integração social dos deficientes.

O CONGRESSO vai ser um grande passo nesta caminhada. Concretamente será a segunda grande etapa. A primeira, de que justamente temos plena consciência, foi a criação e a luta da ADFA até aqui sempre norteada por princípios e objectivos correctos. Se a sociedade portuguesa já marginaliza hoje menos os deficientes isso em grande parte deve-se à ADFA.

Porém, a luta dos Deficientes das Forças Armadas não pode nem deve prosseguir isolada das lutas dos outros deficientes e das suas Organizações representativas. Somos cerca de um milhão segundo diz a Organização Mundial de Saúde. Temos estado tão marginalizados que nunca, até agora, se preocuparam em contar-nos. Somos uma grande força se nos encontrarmos, nos unirmos e nos mostrarmos tendo por bandeira a justiça social.

CAMARADAS, vai começar a segunda etapa. Desta vez estaremos acompanhados por outras Associações de Deficientes. A Associação Portuguesa de Deficientes (APD) é igualmente organizadora do Congresso. Porém, deve ficar desde já muito claro que o Congresso será de todos os deficientes e quer-se representativo: desde Bragança aos Açores, desde o Minho ao Funchal.

Este alerta é para que fiques desde já a pensar no que te vai bater à porta a curto prazo. Mais uma vez, camaradas, vamos ser nós uma peça fundamental da máquina que em cada aldeia e cada concelho há-de juntar todos os deficientes para em conjunto discutirem os seus problemas. Deficientes de vários tipos e por causas diversas há-de verificar que todos temos os mesmos anseios, as mesmas necessidades, os mesmos problemas. E se alguns de nós têm menos problemas imediatos que outros, nem por isso há razão para não sermos mais unidos, para resolver o que falta, que é quase tudo.

Camaradas, sócios da ADFA, os próximos ELO dir-te-ão coisas mais concretas sobre isto. Aguarda-se a curto prazo que sobre todos os pormenores do Congresso haja dados exactos e mais divulgados na imprensa.

Enquanto esperas por

tudo isto podes ir fazendo o levantamento dos deficientes que conheces na tua terra ou na tua região. E também reforçando os contactos com eles para estar «meio caminho andado» quando chegarem as teses e outros documentos para estudarem em conjunto.

Pela reabilitação e reintegração Social de todos os deficientes!

Viva o Congresso.

TRANSFERÊNCIA DA SEDE DA ADFA

Na sequência das notícias dos dois últimos números do ELO sobre este problema, vimos dar a todos os sócios conhecimento da evolução dos acontecimentos desde os primeiros dias de Junho.

Nas vésperas da Assembleia Geral Nacional realizada em 9 de Junho na SEDE DA ADFA teve a Direcção Central contactos com alguns membros do

Conselho da Revolução. Também a Direcção Central e a Comissão Negociadora eleita em A. G. N. de 19 de Maio se avistaram com o tenente coronel Vítor Alves, presidente da Comissão do DIA DAS COMUNIDADES no dia 7 de Junho.

O tenente coronel Vítor Alves é a entidade que nos transmite, de certo modo com o aval da Presidência da República, as determinações e a posição superior face a este problema.

Nesta entrevista, curta mas objectiva, foi-nos dito que a ADFA não saíria do Palácio da Independência enquanto não se arranjassem instalações eficientes e adequadas às nossas condições. Também este Conselho da Revolução nos disse da sua concordância, bem como da do Ministro da Defesa, sobre a alternativa que é o prédio situado na Alameda das Linhas de Torres, 20 (entre o Campo Grande e o Estádio José Alvalade). Acrescentou que para a confirmação desta alternativa faltava só falar com o Presidente da República. Mais disse ainda que deveria ter lugar no dia 9 ou 10 de Junho, em Vila Real, uma cerimónia de entrega simbólica das chaves do Palácio da Independência ao irmão do coronel Sarmento Pimentel.

Depois da Assembleia Geral do dia 9 de Junho, que nada de especial definiu sobre este assunto, mantendo, grosso modo, o que já vinha decidido da

A. G. N. de 19 de Maio, houve só uma reunião do Grupo de Trabalho constituído por um representante do ten. cor. Vítor Alves, outro do Ministro da Defesa, outro do Estado Maior do Exército e os três representantes da ADFA.

Esta reunião efectuou-se no dia 27 de Junho e nela foi transmitido, na sequência do afirmado pelo ten. cor. Vítor Alves, que a hipótese do prédio da Alameda das Linhas de Torres era para avançar. Nesse sentido foi dito aos representantes da ADFA que deviam apresentar uma estimativa das obras necessárias naquele local para a instalação dos serviços centrais da Associação bem como do tempo que levariam a executar e do montante que custariam. Foi deste logo clarificado pelos representantes da ADFA que nós não mudaríamos sem que as novas instalações estivessem capazes de receber não só os serviços administrativos, mas também os serviços de âmbito social (bar, restaurante, sala de jogos, sala de estar, cozinha) e as aulas. Admitimos, no entanto, que o complexo desportivo e oficial fosse feito numa outra fase, a médio prazo.

Insistimos também que o representante do Ministro da Defesa deveria transmitir ao Sr. Ministro a necessidade da ADFA falar com o titular da Defesa sobre as alterações ao decreto-lei 43/76, a Lei dos Grandes Deficientes e a Lei das Pensões de Preço de Sangue.

Assim, neste momento este assunto está já no Ministério das Finanças para avaliação do prédio citado. Não sabem os representantes da ADFA, contudo, como é que este assunto vai evoluir, uma vez que o Ministério das Finanças tem competência para não querer fazer o negócio, se assim o entender o avaliador oficial. Aguardamos.

Pela parte da ADFA a nossa comissão negociadora vai elaborar, com a ajuda de técnicos, o estudo das obras, prazos e custos que nos foi pedido.

Não está entretanto mandatada a Comissão Negociadora para aceitar umas quaisquer condições da mudança sem uma última reunião de sócios em Assembleia Geral Nacional.

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL EXTRAORDINÁRIA

Conforme convicatória comunicada no anterior ELO reuniu no dia 9 de Junho a Assembleia Geral Nacional que cumpriu a ordem de trabalhos previamente estabelecida. Registou-se uma razoável afluência de sócios que enchiam completamente o Salão Nobre do Palácio da Sede.

A Comissão Negociadora do Palácio ficou agora constituída pelos camaradas Vasconcelos, da Direcção Central cessante e por ela designado como seu representante, pelo Guerra e pelo Fortuna (da delegação do Porto e em substituição do Póvoas que renunciara por motivos de ordem profissional).

Foi também deliberado que as reivindicações sobre a saída das alterações ao decreto-lei 43/76, a lei dos grandes deficientes e a lei das pensões de preço de sangue, que fazem parte das condições postas pela ADFA para a saída da sede do Palácio da Independência por transferência para outras instalações passam a ser tratadas pela Direcção Central com as entidades respectivas, nomeadamente o Ministério da Defesa, paralelamente às outras negociações da Comissão Negociadora.

Foi ainda recomendado à Direcção Central que estivesse muito atenta ao teor da cerimónia de entrega simbólica das chaves a realizar em Vila Real (o que não veio a fazer-se e se fará agora em Lisboa em princípios de Julho).

Por fim deliberou-se que haveria lugar a uma nova Assembleia Geral Nacional quando se quisessem dar por encerradas as negociações para posição final.

A REACÇÃO NÃO GOSTA DOS DEFICIENTES

(Continuação da 1.ª pág.)

prios filhos, tentam por meios desonestos, impedir o avanço de uma organização que, através da sua conduta tem sabido merecer o respeito de todos aqueles que, como nós, a tudo estão dispostos para defender o 25 de Abril.

Não iremos tecer mais comentários sobre o assunto, até porque a actuação daqueles senhores vem provar a mentalidade daqueles que, já antes do 25 de Abril, intitulavam o deficiente como inválido e peso morto.

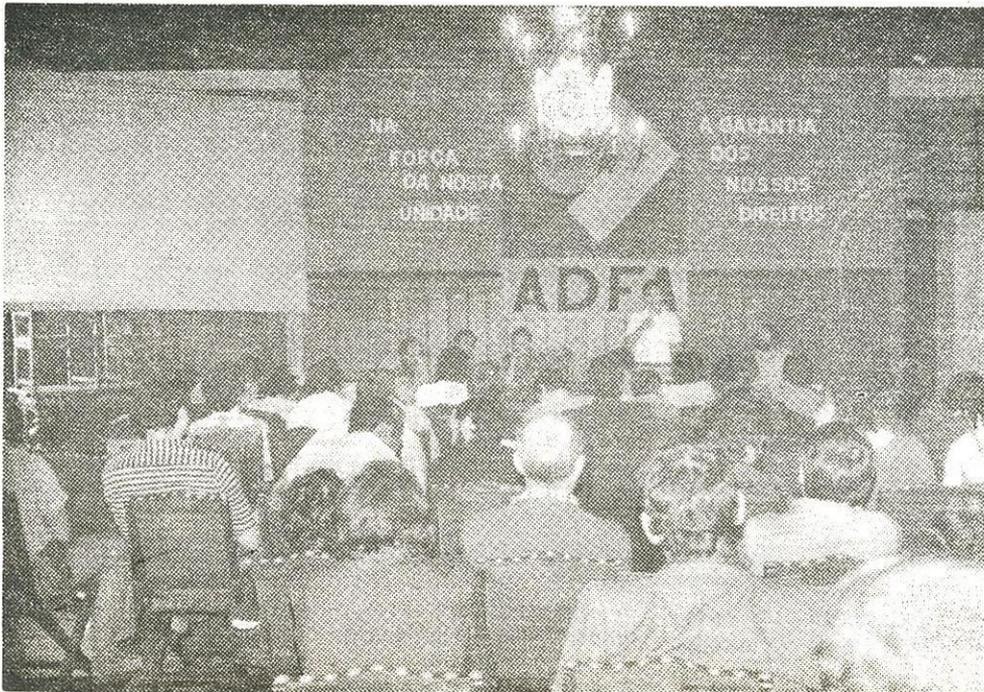
Não podemos deixar de denunciar a cobardia da empresa, que depois de um contrato verbal com a A. D. F. A. se deixou subornar por aqueles pais??!!... a quem o 25 de Abril possibilitou aos seus filhos passar uma juventude sem a imagem fantasmagórica das guerras coloniais.

Caberá agora aos órgãos sociais da nossa Associação tomar uma decisão firme.

IMPORTANTE AOS SÓCIOS

A SEDE da A. D. F. A. encerra para férias dos trabalhadores de 2 a 31 de Agosto.

Mantém-se contudo em funcionamento os serviços de cobrança de quotas e de prestação de informações diversas aos sócios.



Aspecto parcial da Assembleia Geral